



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)  
INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)  
BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)**

OPÉNHY GOMES CÁ

**POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DA  
COOPERAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR.**

REDENÇÃO-CE

2024

OPÉNHY GOMES CÁ

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DA  
COOPERAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Daniele Ellery Mourão

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniele Ellery Mourão  
(Orientadora / IH UNILAB)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Peti Mama Gomes  
(Examinadora / IH UNILAB)

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. <sup>o</sup> Antonio Gislailson Delfino da Silva  
(Examinador externo/Universidade Lusófona da Guiné Bissau)

Redenção-CE

**2024**

Resumo: O objetivo desse trabalho é compreender os resultados da cooperação educacional Brasil/Guiné-Bissau, por meio da realização de uma pesquisa bibliográfica trazendo análises mostrando como surgiu essa relação bilateral entre os dois países. O Brasil por meio da sua política externa realizou vários projetos de cooperação no âmbito da educação com a Guiné-Bissau, entre eles destaco o Pec-g e Pec-pg; a Unilab e o Centro de Formação profissional Brasil/Guiné Bissau Senai. Esses projetos promovem a qualificação dos recursos humanos e assistência técnica.

Palavras-chave: PEC-G; Unilab; Política Externa e Cooperação

Sumário:

1. Introdução
2. Justificativa
3. Discussão Teórica
4. Metodologia
5. Referências Bibliográficas

## 1. Introdução:

Há pouco mais de uma década, a maioria dos estudantes Guineenses com o sonho de estudar no exterior, tinham Portugal como destino privilegiado, não só por motivos de ligações históricas, mas, principalmente pela imagem de uma “vida boa” que os conterrâneos que vivem lá passam para os que estão na Guiné-Bissau. Já o Brasil, até hoje causa uma certa insegurança, principalmente por causa dos programas televisivos (cidade alerta e entre outros) que mostram principalmente a criminalidade no país de uma forma privilegiada e exacerbada. Assim, a maioria dos familiares (pais, mães, tios, tias) sentem receio em deixar os/as filhos/as irem estudar no Brasil.

Todavia, isso foi mudando aos poucos, ao longo do tempo, e hoje o Brasil também passou a ser um dos destinos importantes, para os/as estudantes guineenses, tendo nas relações de cooperação educacionais entre governo brasileiro e guineense uma grande aliada no processo de internacionalização. Assim, a política externa brasileira, sobretudo na área da educação possibilitou a construção de diversos acordos educacionais entre os dois países que estimulam e facilitam a vinda de muitos/as jovens guineenses para o Brasil.

Essa pesquisa foca-se nos projetos educacionais entre Brasil e Guiné-Bissau realizados dentro do território dos dois países, como o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), que oferecem vagas (graduação, mestrado e doutorado) nas IES brasileiras, além da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) que recebe estudantes guineenses por meio de outro formato de cooperação estudantil, diferente do Pec-g e Pec-pg. No território bissau-guineense destaco a importância do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), como um projeto de cooperação

realizado pelo Brasil que também se encontra ativo e operante e que fortalece a formação técnica, cooperando com a educação de muitos jovens e adultos.

Assim, o propósito dessa pesquisa é refletir sobre a cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau, em termos educacionais, primeiramente fazendo uma retrospectiva de como começaram e se desenvolveram os acordos de cooperação, tentando entender como ocorre esse processo dos/as estudantes deixarem os seus países de origem para vir estudar no Brasil, mas, principalmente quais são as condições (e/ou expectativas) de retorno depois de concluírem as suas formações e de entrada no mercado de trabalho no país de origem. Desse modo, a proposta de pesquisa é fazer um mapeamento sobre o que estão fazendo hoje os quadros guineenses egressos do Pec-g; Pec-pg, com foco para os formados na Universidade Federal do Ceará (UFC), e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) que retornaram para Guiné-Bissau. Com isso, pretendo observar como esses/as profissionais formados nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras se beneficiam dessas formações, e qual a sua contribuição para os triunfos e desafios sociais deles/as próprios/as e de suas famílias, bem como qual a contribuição para a própria sociedade.

Uma das motivações que se observa e que se configura como razão para saída de estudantes guineenses do país para estudar nas universidades brasileiras seria a falta de ensino de qualidade e boas infra-estruturas educacionais no ensino superior guineense. Outra motivação é pela gratuidade das universidades federais brasileiras e pelo crescente número de vagas nessas instituições, além também da oportunidade de ter bolsas de auxílio estudantil por parte do governo brasileiro, como é o caso da Unilab, facilitando assim a permanência dos estudantes no Brasil.

Sobre a permanência dos estudantes no exterior, após concluírem as formações, de acordo com Insul (2018), a Guiné-Bissau formou milhares de quadros em diversos países do mundo com os quais mantem a cooperação, só que por motivos principalmente da instabilidade política, social e econômica, a maioria desses quadros formados no exterior não regressam ao país. As universidades brasileiras também formaram e ainda formam vários desses quadros vindos da África por meio dos seus projetos cooperacionais com o continente, principalmente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Muitos desses estudantes também acabam por não voltar, eles podem tanto permanecer no Brasil para realização de mestrados e doutorados (e durante esse período ainda podem constituir família no país e entrar no mercado de trabalho), quanto podem

sair novamente para fazer outras formações em outros países, fazendo com que o regresso envolva muitas condições e possibilidades (Mourão e Abrantes 2020).

### **Objetivos do projeto:**

Esse projecto tem como objectivo geral, compreender a política externa brasileira para a Guiné-Bissau, na área da educação, buscando refletir sobre a contribuição dessas formações de quadros para a sociedade guineense, bem como para os/as próprios/as profissionais e suas famílias.

Os objetivos específicos são observar como surgiu a relação entre Brasil e Guiné-Bissau, no âmbito educacional que compreendem os projetos de cooperação estudantil realizados pelo Brasil (Pec-g, Pec-pg e Unilab) no território brasileiro e no território guineense, como é o caso dos projetos do Senai.

Das motivações para o desenvolvimento da pesquisa, destaco que o tema despertou meu interesse como sendo um dos beneficiados desses projetos, como estudante guineense do curso de Bacharelado em Humanidades (BHU) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Por isso a proposta de fazer uma pesquisa relacionada ao assunto, buscando saber os impactos que essas formações têm causado na sociedade guineense. O presente trabalho também baseou-se nas pesquisas de outros/as autores/as que já discutiram sobre a cooperação internacional Brasil/PALOP, sobretudo na área da educação, com foco principal nos projetos de cooperação educacional entre Brasil e Guiné-Bissau, dando privilegiada atenção à importância da criação da Unilab.

Na próxima seção que é a justificativa trago as minhas motivações em falar desse assunto e uma abordagem de como iniciou o Pec-g e Pec-pg, a Unilab e o Centro de Formação Profissional Brasil/Guiné Bissau-SENAI. Na discussão teórica trago as análises e reflexões de diferentes autores/as sobre os conceitos de cooperação internacional, cooperação sul-sul, política externa e relação internacional. Já na metodologia explico quais formas e métodos serão usados na realização da pesquisa proposta pelo projeto que pretendo realizar na terminalidade na Licenciatura em Sociologia, na Unilab-CE.

## 2. Justificativa:

A proposta de realização desse estudo pretende estabelecer uma contribuição acadêmica na área da educação e relações internacionais, além de pretender contribuir na melhor percepção desse fenômeno, levando em consideração o constante progresso educacional no ensino superior que está se verificando na comunidade guineense. A Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) são IES responsáveis, por exemplo, pela formação de vários guineenses. Muitos daqueles que voltaram ao país hoje formados no ensino superior brasileiro estão atuando nas mais diversas áreas de acordo com as suas formações. Especialmente, na área da educação se verifica uma ascensão dos egressos da Unilab atuando nas salas de aulas das universidades na Guiné-Bissau como professores.

### **Pec-g e Pec-pg e as políticas educacionais do Brasil**

Na visão de Bathillon (2016) a política externa independente (PEI) foi inaugurada no período de 1960 pelo governo de Jânio Quadros, e teve como consequências posteriores a criação de programas educacionais como o Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), em 1965, e o Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), em 1981.

Segundo Rizzi (2014) em 1975 o chanceler Bissau-guineense Victor Saúde Maria visitou o Brasil e apontou algumas necessidades de apoio a Guiné Bissau sobretudo na área de educação que acabou resultando no acordo básico de Cooperação Técnica e Científica entre governo guineense e brasileiro, e veio a ser aprovado no congresso brasileiro no dia 18 de maio de 1978. Na mesma visita, o chanceler guineense foi condecorado com a Grã-Cruz da ordem de Rio Branco pelo então ministro das Relações

Exteriores Antonio Francisco Azeredo da Silveira. De acordo com a autora, esse acordo facilitou o início das atividades do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que permite a vinda anual de estudantes guineenses para cursar graduação no Brasil. Nos escritos de Rizzi, como o Brasil nem sempre possuía condições para financiar os programas de cooperação técnica que a Guiné-Bissau necessitava, o país optou por oferecer bolsas de estudos para formar estudantes guineenses a fim de aproximar culturalmente e politicamente os dois países. (RIZZI, 2014, p. 113).

É importante saber que o PEC-G foi criado em 1964 e oficializado em 1965, possibilitando aos estudantes dos países com qual o Brasil mantém acordo de cooperação educacional se graduarem nas instituições de ensino superior (IES) brasileiras. Como consta nos dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE)<sup>1</sup>, 73 países participam desse programa: **ÁFRICA** - África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina-Faso, Cabo-verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, República Democrática do Congo, São-Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia, Togo, Tunísia e Zâmbia. **AMÉRICA LATINA E CARIBE**-Antígua e Barbuda, Argentina, Barbados, Belize, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela. **ÁSIA** - China, Coreia do Sul, Índia, Irã, Líbano, Paquistão, Síria, Tailândia e Timor-Leste. **EUROPA** - Armênia, Bulgária, França, Hungria, Macedônia do Norte, Polónia e Turquia. É importante mencionar que nesses países participantes do programa tem alguns com fraca participação e outros com participação nula.

Podemos observar no Manual do Pec-g (2013, p. 05) que a maioria dos estudantes contemplados pelo programa são do continente africano, em que se destacam com maior participação: Cabo-Verde, Guiné-Bissau e Angola. Na América Latina, os países com maior participação são: Paraguai, Equador e Perú. Na Ásia, a maior participação é o Timor-Leste.

---

<sup>1</sup> Países participantes do Pec-g <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/programas-de-estudo-para-estrangeiros/pec-g/sobre#pais>

Segundo Manual do Pec-g (2013, p. 04) a ideia do programa de estudante convênio surgiu por motivos de aumento do número de estrangeiros no Brasil na década de 1960.

De acordo com Governo brasileiro (Planalto, 1965) o primeiro protocolo do Pec-g, sob Decreto nº 55.613/1965<sup>2</sup> torna obrigatório o registro de estudantes estrangeiros beneficiários de convênios culturais e das outras providências, assinado pelo presidente Humberto Castelo Branco. O decreto estabelece algumas obrigatoriedades e compromissos para os participantes do programa, e mais tarde veio a ser revogado pelo decreto presidencial nº 7.948 publicado em 2013 e assinado pela então presidente do Brasil Dilma Rouseff (Governo brasileiro, 2013). E hoje o programa é dirigido pelo decreto presidencial 11.923 de 15 de Fevereiro de 2024, assinado pelo vice-presidente da República Federativa Do Brasil Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho (Planalto, 2024). Assim, no que diz respeito à educação superior, o Pec-g é o mais antigo programa brasileiro de cooperação internacional.

Para ingressar no Pec-g o candidato deve ser maior de 18 e ter até 23 anos, concluir ou estar cursando o último ano do ensino médio, e apresentar-se à embaixada ou ao consulado Brasileiro de seu país para realizar a inscrição que é totalmente gratuita. De acordo com o que Leal e Morães (2016, p.11 apud MRE, 2016) observaram, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) esclarece que 110 instituições, incluindo as federais, estaduais, municipais e privadas, localizados em todos estados do Brasil, com exceção da Rondônia, participam do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), e a maioria das universidades estão localizadas no estado de São Paulo.

Como destacou M'bunde (2015, p.102), de 2000 a 2013, com exceção de Cabo-Verde, a Guiné-Bissau é o país que mais se beneficiou do Pec-g entre todos os países africanos, asiáticos e latino-americanos. Ainda nesse mesmo período o autor ressaltou, que em contraste com a graduação, a Guiné-Bissau é o país menos beneficiado (exceto por São Tomé e Príncipe que é menos beneficiado ainda) pelas bolsas de estudo de mestrado e doutorado (PEC-PG), por motivos da fraca demanda do Pec-pg pelos estudantes Guineenses (p.102). Esse é um tema importante e que poderá ser melhor

---

<sup>2</sup> ver decreto: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/d55613.htm#:~:text=DECRETO%20No%2055.613%2C%20DE%2020%20DE%20JANEIRO%20DE%201965.&text=Torna%20obrigat%C3%B3rio%20o%20registro%20de,que%20lhe%20confere%20o%20art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d55613.htm#:~:text=DECRETO%20No%2055.613%2C%20DE%2020%20DE%20JANEIRO%20DE%201965.&text=Torna%20obrigat%C3%B3rio%20o%20registro%20de,que%20lhe%20confere%20o%20art.)

estudado na pesquisa que será realizada, uma vez que pode afetar a qualidade das formações acadêmicas dos estudantes guineenses.

O Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação (PEC-PG) foi criado oficialmente em 1981. O Pec-pg oferece bolsas de estudo para nacionais de países com os quais o Brasil possui acordos de cooperação educacionais (sendo os mesmo países que o Pec-g atende) para formação em cursos de pós-graduação strictu sensu em instituições de ensino superior (IES) brasileiras. Os beneficiados desse programa têm os seguintes benefícios: vagas em IES brasileiras recomendada pela CAPES, sem custo de matrículas; Bolsa mensal no mesmo valor que a oferecida aos estudantes brasileiros, com duração máxima de 24 meses (no mestrado) e 48 meses (no doutorado); e passagem aérea para retorno ao país de origem<sup>3</sup>. (site do Ministério das Relações Exteriores).

Como consta no decreto da criação do Pec-g, no caso de estudante internacional é obrigatório retornar ao seu país no prazo de três meses após a sua formação. A entrega do histórico escolar ou do diploma de graduação, por exemplo, para estudantes internacionais é feita somente nas instituições brasileiras (consulados e embaixada) do país de origem. Nesse retorno ao país de origem após a graduação, caso o estudante quiser prosseguir para a pós-graduação, poderá candidatar-se novamente para Programa de Estudantes-Convênio de Pós Graduação (PEC-PG).

Nos dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE), consta que o Pec-pg é administrado em parceria por três órgãos: Ministério das relações exteriores (MRE), por meio da Divisão de Temas Educacionais (DTED); Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES); e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), por meio do Conselho Nacional para Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Segundo M´Bundé (2015) na década de 2000, as três tradicionais áreas de cooperação entre Bissau e Brasília, especificamente na educação, continuavam a predominar a agenda de parceria.

A Guiné-Bissau é um país que posteriormente a declaração da sua independência mergulhou em sucessivas crises políticas maioritariamente envolvendo as forças armadas. Essas crises políticas afetaram negativamente diversas áreas da sociedade guineense e a

---

<sup>3</sup> Ver link: [https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/programas-de-estudo-para-estrangeiros/pec-pg-pos-graduacao#:~:text=O%20Programa%20de%20Estudantes%2DConv%C3%AAnio,Institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20Ensino%20Superior%20\(IES\)](https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/programas-de-estudo-para-estrangeiros/pec-pg-pos-graduacao#:~:text=O%20Programa%20de%20Estudantes%2DConv%C3%AAnio,Institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20Ensino%20Superior%20(IES))

educação foi uma delas, motivo pelo qual se observa a precariedade no ensino guineense originando na fuga de estudantes para o exterior do país. Como analisou Bathillon (2016) nos anos de 2013, 2014 e 2015 nesse período os estudantes guineenses não se beneficiaram do Pec-g porque o governo brasileiro o bloqueou para Guiné-Bissau, como consequência do golpe de Estado de 12 de Abril de 2012. Eu estava em Bissau nessa data e vivi as consequências desse golpe de Estado, quando o país parou completamente porque todos os setores da sociedade guineense foram afetados. Na altura, eu estava cursando o ensino secundário e presenciei como todo o setor de educação ficou paralisado por um grande período. Por isso a instabilidade política é também considerada uma das motivações de saída dos/as jovens em busca de estudo no exterior com a expectativa de uma vida melhor.

### **A criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)**

No que se refere à criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Fati (2018, p.02) observou que na última década verificou-se uma intensa migração de estudantes guineenses para os diferentes estados do Brasil, maioritariamente para o estado do Ceará, em busca de uma formação académica por motivos da falta das políticas públicas de acesso às universidades na Guiné-Bissau.

A Unilab foi criada em 2010 como parte de uma política externa brasileira, no governo Lula, de aproximação do país com o continente africano. A lei nº 12.289<sup>4</sup>, de 20 de julho de 2010 foi sancionada no Itamaraty pelo presidente Luiz Inácio Lula Da Silva. Essa lei dispõe sobre a criação da segunda universidade federal do estado do Ceará<sup>5</sup>, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), assinada pelo presidente Lula; pelo então ministro da educação Fernando Haddad e pelo ministro de planejamento e orçamento Paulo Bernardo (planalto, 2010).

No estado do Ceará, os campi ficam localizados na cidade de Redenção e no município de Acarape (cidades vizinhas) a 70km da capital Fortaleza. E na Bahia o

---

<sup>4</sup> Ver lei: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12289.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.289%2C%20DE%2020,Art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12289.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.289%2C%20DE%2020,Art.)

<sup>5</sup> A Universidade Federal do Ceará (UFC) foi a primeira universidade federal do estado.

campus fica localizado em São Francisco do Conde, uma cidade com 40.664 habitantes, à 67 km da capital Salvador (Unilab, 2013).

Se olharmos no mapa percebemos que a capital, Fortaleza (ponto de entrada dos estudantes internacionais da Unilab Ceará), fica muito bem posicionada em relação a África, bastante próxima geograficamente de Guiné-Bissau, e mais ainda de Cabo Verde, com apenas três horas de distância em um voo direto. A cidade de Redenção, onde estão os campi da Liberdade e Auroras, foi a primeira cidade no Brasil a abolir a escravidão, no dia 25 de Março de 1883. E o município de São Francisco do Conde, na Bahia, é considerado o município de maior população negra no Brasil (site da UNILAB). Esses acontecimentos históricos do passado e realidades do presente serviram de justificativa discursiva (e influência) na implantação da Unilab nesses locais mencionados.

Ultimamente em cada semestre dezenas de Guineenses chegam ao Brasil depois de ter passado num processo seletivo para estudar na Unilab, uma universidade federal e gratuita. De acordo com FATI (2018, p.05 apud DIRETRIZES, 2010, p.15) antes da criação da UNILAB, foi criada uma equipe que fez visitas de trabalho de 2008 a 2010 para conferir áreas de interesse bilaterais entre o Brasil, os PALOP e o Timor-Leste, na qual estabeleceram prioridade nas áreas agrícolas, saúde coletiva, educação básica, gestão pública e tecnologia e desenvolvimento sustentável para também poderem entender quais os cursos mais necessários e que iriam ser primeiramente criados.

A Unilab é a primeira universidade no Brasil criada especificamente para unificar o idioma Português entre os estudantes brasileiros e os estudantes internacionais PALOP de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Foi a segunda universidade federal construída no governo Lula, criada quase que ao mesmo tempo que a primeira, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), criada no ano de 2010, no estado do Paraná, em Foz do Iguaçu (Unilab, 2013). Esses feitos contemplam um incremento das relações Sul-Sul, de aproximação com a África e com o Mercosul, no âmbito das políticas educacionais. A Unilab foi inaugurada no dia 25 de maio de 2011 (dia da África) com uma aula de abertura lecionada pelo então Ministro da Educação, Fernando Haddad. Essa aula inaugural contou com a presença do então governador do Ceará, na época, Cid Gomes, a então prefeita de Redenção Francisca Bezerra e outras entidades (Unilab, 2013). Penso que a data escolhida para dar início às atividades da Unilab foi muito significativa, pois se refere à fundação da Organização da Unidade Africana (OUA), e é também quando se comemora o dia da África.

No início do funcionamento contava com 16 professores efetivos e 5 professores visitantes. Estudantes matriculados na altura eram 180, sendo 141 brasileiros e 39 estrangeiros (Unilab, 2013, p. 36). Atualmente, segundo a Unilab em números, a universidade conta com 389 professores efetivos; 14 professores substitutos e nenhum professor visitante. Estudantes matriculados na graduação presencial são 4.280 sendo 2.963 brasileiros e 1.317 estrangeiros .

Esses dados deixam claro e nos ajudam a refletir acerca da dimensão e da evolução da Unilab durante esses 13 anos de existência, sobre a sua política de integração que não é só para os estudantes internacionais, dos PALOP e Timor Leste, mas também para os docentes vindos de diferentes partes do mundo, inclusive da África. De acordo com HELENO (2014), a Unilab é destaque entre as universidades brasileiras, porque ela é “a grande porta de entrada brasileira para estudantes africanos.” SOUSA e MALOMATO (2016, p.264) ressaltaram que a Unilab cumpre duas missões na política do governo Lula: a interiorização e a internacionalização do ensino superior, que são dados que estão nas suas diretrizes, sendo planejada originalmente para receber cinco mil estudantes, 50% da origem Brasileira e 50% dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e do Timor Leste. Na mesma direção, Mourão e Abramtes (2020, p.02), mostraram que o projeto da Unilab tem como um dos grandes propósitos o desenvolvimento tecnológico e científico da região do Maciço de Baturité, definida como política de interiorização e também de internacionalização e cooperação com os PALOP. Ainda nos escritos das duas autoras a criação da Unilab complementou os Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG) que já existiam, ampliando o acesso ao ensino superior para outras classes sociais e regiões dos PALOP antes não alcançadas pelas políticas educacionais.

A Unilab difere do Pec-g em vários aspectos, um deles é que o Pec-g obriga o retorno para o país de origem do estudante internacional após a sua formação (consta no decreto nº 55.613/1965). Enquanto na Unilab o estudante pode ficar após a sua formação. Essa política do Pec-g pode ter um ponto positivo, sobretudo na fuga de quadros de um país. Nessa volta de estudante ao seu país, posteriormente a sua formação, muitos acabam conseguindo emprego nas suas áreas de formação no seu país.

Os estudantes da Unilab beneficiam do Programa de Assistência Estudantil (PAES) que os ajuda a manter economicamente nas cidades onde localizam os campi, para Nhaga e Silva (2023, apud Vargas, 2011) o programa de assistência ao estudante

(PAES) da Unilab é importante na permanência do estudante na universidade e promove igualdade no mercado de trabalho e ajuda o estudante a continuar os estudos.

É notório que o projeto Unilab está trazendo benefícios para os países membros dos PALOP e para o Timor-Leste, porque já formou muitíssimos dos seus quadros profissionais. Nas conversas informais que tive com os egressos guineenses da Unilab que regressaram para Guiné-Bissau, para a escrita desse projeto, maioritariamente estão trabalhando em suas áreas de formação, sobretudo da área da educação, e muitos estão dando aulas nas universidades em Bissau. Mas também essa constante vinda de estudantes internacionais para graduação nas cidades onde a Unilab está instalada (Redenção, Acarape e São-Francisco do Conde) trouxe benefícios para estas cidades. Estudantes estão contribuindo muito no desenvolvimento dessas cidades: em termos económicos, porque os estudantes contribuem muito em fazer circular a economia dessas cidades através do pagamento dos aluguéis, impostos, etc. e também em termos das infra-estruturas. Em conversa que tive com um grupo de primeiros estudantes internacionais, eles relataram que em 2011 tinham poucas casas e estabelecimentos na cidade de Redenção, e sentiu-se a necessidade de construir mais casas e estabelecimentos comerciais devido a crescente demanda de estudantes pela Unilab. Além disso, tem as trocas culturais e aprendizados mútuos, quando os estudantes nacionais também passaram a ter mais conhecimento sobre o continente africano e os países que compõem a universidade, passando a desconstruir visões estereotipadas sobre o continente de apenas guerras, pobreza, doenças e atraso cultural.

### **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e suas contribuições na Guiné-Bissau**

Para além desses projetos de cooperação educacional no ensino superior entre Brasil e a Guiné-Bissau implementados no território brasileiro: PEC-G; PEC-PG e a Unilab, existe um outro acordo também de cooperação educacional entre os dois países implementado em Guiné-Bissau. Trata-se de um centro para qualificação de mão-de-obra, denominado Centro de Formação Profissional Brasil/Guiné Bissau-Senai, com um investimento total de cerca de US\$ 3 milhões, totalmente financiados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), executado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em parceria com o Ministério da Função Pública, Trabalho e

Modernização do Estado da Guiné-Bissau. Inaugurado pelo então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, e pelo então Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior. De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação (2012) o centro iniciou suas atividades em 2006.

O referido centro está instalado em Bissau, na Granja de Pessubé, ao lado da Direção Geral da Floresta e Fauna. O centro se encontra sob responsabilidade do governo da Guiné-Bissau, através do Ministério da Função Pública e Reforma Administrativa. Também fui um dos beneficiários desse projecto, formei no curso de manutenção e reparação de computadores em novembro de 2020.

De acordo com ABC (2012) a primeira turma de 133 alunos formou no dia 06 de junho de 2006 nos cursos de Construção Civil, Carpintaria, Eletricidade Predial, Canalização Hidráulica e Costura Industrial.



Fonte: Agência brasileira de cooperações - turma de manutenção e reparação de computador 2020



Fonte: Agência brasileira de cooperações, turma de panificação 2020

Para Insul (2018) o SENAI é considerado uma referência nacional no Brasil, relativamente ao apoio no setor tecnológico e de inovação, especialmente, em empresas industriais. Na Guiné-Bissau, o SENAI está contribuindo na aprendizagem e formação técnica profissional de inúmeras pessoas, sobretudo de jovens, desde 06 de junho de 2006. Segundo dados fornecidos pela secretaria do centro em Bissau, atualmente oferecem os cursos de: Eletricidade, Canalização, Panificação, Manutenção e recuperação de microcomputadores, mecânica de autos, encanador, pedreiro, serralheria, manutenção de refrigeração e corte e costura.

A importância dessas iniciativas é que em relação com os outros países colonizados por Portugal a Guiné-Bissau é onde o ensino superior chegou mais atrasado (Insul, 2018). Como já apontado, a instabilidade na política guineense foi um dos fatores do Estado não dar mais atenção a educação e com isso impulsionar o desejo de sair do país, dificultando também o retorno dos egressos. A Guiné-Bissau é um país onde se verifica sucessivas quedas de governo, golpes de Estado e vários atos que põem em causa o normal funcionamento de um país. É óbvio que teve um esforço do governo da Guiné-Bissau na criação das universidades públicas como: Universidade Amílcar Cabral à qual são vinculadas a Faculdade de Direito de Bissau, a Escola Nacional de Administração (ENA-Bissau) (de onde sou egresso obtendo o título de técnico em administração) e a Escola Normal Superior Tchico Té/Instituto Camões, mas mesmo sendo instituições de ensino público o Estado cobra dos estudantes uma parcela/pagamento para ajudar na sua

reabilitação. Por outro lado também, o governo da Guiné-Bissau aprovou a existência de universidades privadas como: Universidade Lusófona, Universidade Colinas de Boe, Universidade Católica da Guiné-Bissau, Universidade Jean Piaget, Faculdade de Medicina “Raul Diaz Arguelles”, em Bissau, e cidades no interior do país como Gabú e Bula, além do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) situado em Bissau. Já quanto a pós-graduação até então não existe nenhum programa.

As instituições de ensino na Guiné-Bissau funcionam com muitas dificuldades e os estudantes encontram dificuldades para pagar mensalidade, razão pela qual vários dos estudantes matriculados estão estudando e ao mesmo tempo procurando bolsas de estudo no exterior, maioritariamente com destino entre Brasil e Portugal. Ao conseguir uma bolsa de estudo no exterior acabam largando os estudos na Guiné-Bissau e indo estudar fora do país.

Segundo Bezerra (2019, apud Mourão, 2016) um dos aspectos motivacionais para vinda de estudantes Guineenses no Brasil, tem haver com a cooperação educacional entre esses dois países que trazem algumas facilidades como aumento de vagas nas universidades brasileiras, sobretudo entre 2003 e 2011, a gratuidade das universidades brasileiras que é diferente de Portugal, onde os estudantes pagam as mensalidades mesmo nas universidades públicas.

De acordo com Rizzi (2018, p.10) o Brasil foi o primeiro país do ocidente a reconhecer a independência da Guiné-Bissau no dia 18 de Julho de 1974 (antes de Portugal aceitar a independência da Guiné-Bissau), nessa mesma data, o representante do Brasil nas nações unidas recebeu o embaixador guineense Julio Semedo. É muito importante trazer essa abordagem sobre o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau por parte do Brasil, pois posteriormente esse ato resultou em estabelecimento de vínculos e relações de cooperação que estão de pé até hoje.

Esta pesquisa certamente vai contribuir nas áreas de Humanidades e Relação Internacional, sendo um trabalho acadêmico que aborda sobre a cooperação Sul-Sul Brasil e África, em especial Guiné-Bissau, podendo também auxiliar na criação de outras políticas públicas para melhorar a educação na Guiné-Bissau.

### 3. Discussão Teórica:

A cooperação técnica internacional é um dos pilares da cooperação internacional. O seu foco é o desenvolvimento de capacidades, entendido como identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e competências disponíveis no país parceiro, com vistas à conquista da autonomia local para o desenho e implementação de soluções endógenas para os desafios de desenvolvimento.” (Manual De Gestão De Cooperação Técnica Sul-Sul 2013, p.12).

No Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul<sup>6</sup> Consta que a cooperação técnica internacional é um instrumento muito importante para estreitar as relações do Brasil com outros países, “com ênfase na integração política, económica e social”. Com isso, observa-se de acordo com Silva (2019, p. 83), que após o Brasil lançar a Política Externa Independente (PEI), em 1961, aos poucos a “grandeza das potencialidades africanas foi se encaixando na política externa brasileira”. Segundo destacou o autor, no governo do presidente Jânio Quadros em 1961 (que governou sete meses) e veio a ser continuado pelo presidente João Goulart até 1964, na altura, a base da relação Brasil/África era o discurso culturalista, com os governantes se focando mais nos laços culturais que unem os dois países. Já com o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, de 1969 a 1974, o Brasil vai se aproximar da África através de visitas de interesses económicos e estratégicos realizadas à alguns países africanos. No governo do presidente Ernesto Geisel, de 1974 a 1979, a África voltou a ocupar uma posição mais avançada na política externa brasileira. Um dos motivos do Brasil ser o primeiro país do ocidente a reconhecer a independência da Guiné-Bissau em 1974, e estabelecer representações especiais em Luanda (capital de Angola) e Maputo (capital de Moçambique). Ainda nos escritos de Silva (2019 apud, Leite, 2011) após décadas de incerteza sobre a participação da política externa brasileira nos PALOPs, foi com o governo Lula (2003 a 2011) que o Brasil voltou a ter a África como prioridade através de acordos de cooperação em diversos

---

<sup>6</sup> Disponível em: [https://www.abc.gov.br/content/abc/docs/manual\\_sulsul\\_v4.pdf](https://www.abc.gov.br/content/abc/docs/manual_sulsul_v4.pdf)

setores com diversos países africanos, incentivando os seus empresários a investir na economia africana e aumentar exportações para o continente. Oliveira (2005) explica que o presidente Lula e Celso Amorim logo após tomarem posse em 2003 declararam a necessidade de reinterpretar a política externa brasileira do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Entretanto, a relação histórica entre Brasil e África iniciou desde os tempos coloniais, essa relação continuou mesmo com a conquista das independências de países africanos. Percebe-se que ao longo dos tempos cada presidente brasileiro teve as suas prioridades nessa relação Brasil/África e o presidente Lula foi o que mais se destacou, porque deu mais oportunidades para os jovens africanos se formarem no território brasileiro assim como na África. No entanto, embora essa cooperação seja muitas vezes considerada como “cooperação solidária”, não se pode esquecer dos interesses econômicos e estratégicos. De acordo com Manual de Gestão de Cooperação Técnica Sul-Sul (2013, p.13)

A cooperação técnica sul-sul é entendida como intercâmbio horizontal de conhecimentos e experiências originada nos países em desenvolvimento cooperantes. A ideia é compartilhar lições aprendidas e práticas exitosas disponíveis no Brasil, geradas e testadas para o enfrentamento de desafios similares ao desenvolvimento sócio-econômico.

Na mesma direção, para Agência Brasileira de Cooperação (2013) a cooperação técnica Sul-Sul<sup>7</sup>, da qual o Brasil e a Guiné-Bissau fazem parte como países membros da cooperação, é considerada como uma troca de conhecimentos e experiências motivada nos países parceiros e em desenvolvimento, que tem como objetivo partilhar ensinamentos e práticas existentes no Brasil, a fim de enfrentar desafios ao desenvolvimento socioeconômico.

Olhando para essas semelhantes ideias acerca das proposições da cooperação Sul-Sul, dá para entender que existe uma proposta de combater a pobreza nos países em desenvolvimento membros da cooperação, e fortalecer laços através de partilha de conhecimentos.

---

<sup>7</sup> (ABC) <https://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>

Todavia, como já foi destacado: “Todas as políticas de cooperação para o desenvolvimento, mesmo as ditas solidárias, do Estado brasileiro para com outras nações, sempre comportam interesses ou motivos.” (Silva, 2019 apud Puentes, 2010). Dentre os países membros da cooperação Sul-Sul, de acordo com a reflexão de Silva (2019), nota-se a dependência de ajuda externa de países mais pobres por parte dos países mais ricos em diferentes setores. Como em todas as cooperações sempre os dois lados têm alguma coisa a ganhar, exemplo do caso da cooperação do Brasil com os PALOP (Unilab e PEC-G). Por meio dos acordos, o Brasil também conta com o apoio desses países em organizações internacionais, o Brasil tem vários empresários que investem nesses países através de suas empresas, vendem seus produtos e certamente têm interesses econômicos que estão em jogo.

Essa é a razão pela qual Silva (2019) explica que a presença brasileira na África através de atuação de empresas e investimentos em cooperação técnica como criação de centros de formação profissional instalados em Angola, Moçambique, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe em parceria com o SENAI, alguns autores podem ver como uma “ajuda” ou relação de solidariedade a esses países no seu desenvolvimento, mas certamente esse desenvolvimento é benéfico também para o Brasil. Nessa linha de discurso sobre a cooperação internacional brasileira, o Brasil se destaca muitas vezes como um país “sem segundos interesses” nessa cooperação com África, mas as empresas brasileiras atuando em África e a economia brasileira crescendo em pouco tempo, é fácil perceber que o Brasil também se beneficia dessa cooperação.

A cooperação Sul-Sul é uma das modalidades da cooperação técnica internacional. Uma das formas do Brasil partilhar sua tecnologia e conhecimento é através da cooperação técnica internacional, tendo como consequência disso o desenvolvimento do Brasil, sobre tudo na sua economia. Nesse sentido é que Heleno (2014) afirma que a diplomacia brasileira tem duas faces em relação à África: a de cooperação, realizada através de programas de educação, e a outra dominadora, que revela o interesse brasileiro em ampliar sua influência política e de suas empresas em África.

Nos escritos de Silva (2019, apud VIGEVANI e CEPALUNI, 2007) a cooperação Sul-Sul foi muito importante na aproximação do Brasil e África, o presidente Lula através dessa cooperação buscou inserir o Brasil no cenário mundial, diversificando parceiros e estratégias. Segundo Heleno (2014, p. 110) “A política externa de um país reflete a busca pela hegemonia doméstica, a qual projeta seu poder além de suas fronteiras nacionais”.

Por outro lado, Oliveira e Subuhana (2019, apud Freire e Vinha, 2011) conceituaram a política externa como um conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que um Estado aplica a uma entidade externa à sua jurisdição.

A relação de um país com outro é crucial no seu desenvolvimento, e ela se faz por meio da política externa. Mesmo os países com Produto Interno Bruto (PIB) mais alto do mundo, não chegaram a esse nível sozinho, uma das formas foram as suas políticas externas. Nesse sentido Oliveira e Subuhana (2019, apud Hartmann, 1962) disseram que as relações internacionais conceituam-se como contatos dos povos e Estados, por meio das fronteiras nacionais. No contexto da ciência política é definido como relação dos Estados, sob orientação dos respectivos interesses. E no contexto de recursos de poder Oliveira e Subuhana (2019, apud Jubran et al 2015) explicaram que as relações internacionais tratam da habilidade que um Estado tem de exercer soberania dentro e fora de suas fronteiras. Analisando esse último conceito percebemos que a cooperação técnica internacional, a política externa, política externa independente, cooperação Sul-Sul são relações internacionais, e, embora, no caso do Brasil se coloque como uma cooperação solidária, também não deixa de estabelecer seus interesses estratégicos, políticos e econômicos.

#### 4. Reflexões Teórico-Methodológicas:

Levando em consideração a minha posição, isto é, o contexto no qual estou inserido como um estudante internacional vindo da Guiné-Bissau e vinculado à Unilab desejo partir do método de pesquisa qualitativa, tendo como base a minha própria experiência subjetiva sobre o assunto, como um dos beneficiados do programa de cooperação na Unilab. A ideia é então mapear e realizar entrevistas com os quadros egressos guineenses que hoje vivem na Guiné-Bissau e já estão inseridos no mercado de trabalho para compreender o que eles pensam sobre a formação adquirida no Brasil, como foi o retorno e a reinserção tanto na família e sociedade, depois de viver tantos anos fora, e depois adentrar no mercado de trabalho guineense. Com isso, pretendo observar como esses quadros formados se

beneficiaram dessas formações e quais as contribuições que eles têm prestado à sociedade e também ao país.

Sobre a metodologia da pesquisa qualitativa, González (2020, apud Jacob, 1987 e Jordan, 2018) definiu como:

Pesquisa qualitativa é uma ampla gama de perspectivas, modalidades, abordagens, metodologias, desenhos e técnicas utilizadas no planejamento, condução e avaliação de estudos, indagações ou investigações interessadas em descrever, interpretar, compreender, entender ou superar situações sociais ou educacionais consideradas problemáticas pelos atores sociais que são seus protagonistas ou que, por alguma razão, eles têm interesse em abordar tais situações num sentido investigativo.

De acordo com Mussi et al (2019, apud Bauer, Gaskell e Allum, 2008) a pesquisa qualitativa está inserida na perspectiva de compreender um fenómeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da “consciência articulada dos atores envolvidos no fenómeno”. A pesquisa qualitativa permitiria assim “dar voz às pessoas, em vez de tratá-las como objectos.” Mas, mas do que isso, é importante pontuar que as pessoas têm a sua própria voz, nenhum pesquisador/a têm que dar voz aos sujeitos/as com os/as quais realiza uma pesquisa. A ideia é muito mais criar relação de intersubjetividade, uma vez que a pesquisa (e a realização da entrevista) deve ser vista como uma relação social que é estabelecida entre pesquisador/a e sujeitos/as da pesquisa.

Para Goldenberg (2004, p. 14) na pesquisa qualitativa o pesquisador não preocupa com a representatividade numérica do grupo que pretende pesquisar, o pesquisador preocupa em aprofundar e conhecer melhor o grupo pesquisado.

Desse modo, analisando os conceitos da pesquisa qualitativa pretendo realizar um estudo, dando importância ao conhecimento de aspectos subjectivos, o que quer dizer que não podem ser traduzidos apenas em números ou mediante questionários. Assim, a ideia é a realização de uma pesquisa que envolva entrevistas aprofundadas com os/as

estudantes egressos guineenses do ensino superior brasileiro. As entrevistas serão aliadas à pesquisa bibliográfica (e também quantitativas), que possam servir como metodologias aliadas no processo investigativo. A revisão bibliográfica partirá de leituras de teses, monografias, dissertações que falaram sobre cooperação educacional Brasil/Guiné Bissau, sobretudo com foco no retorno dos egressos, sua reinserção na sociedade e no mercado de trabalho, além da contribuição dessas formações para os/as estudantes, suas famílias e sociedade.

Nos escritos de Brito, Oliveira e Silva (2021, apud Prodanov e Freitas 2013) a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador ter contato com toda a produção escrita sobre o tema que está sendo estudado. Ainda os autores realçam que na pesquisa bibliográfica é importante que o pesquisador verifique a autenticidade das informações obtidas, observando possíveis incoerências ou contradições que as obras podem ter.

As fontes bibliográficas que utilizamos são: artigos, livros, textos electrónicos disponíveis na internet, monografia, teses e projectos de pesquisa.

## 5. Referências Bibliográficas e Outras Referências

RIZZI, Kamilla Raquel. **O grande Brasil e os pequenos Palops: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974-2010)**. Porto Alegre: Leituras XXI, 2014.

Bathilon, Aldine Valente. **Estudantes guineenses: da educação secundária na Guiné-Bissau à educação superior na Unilab, Brasil**. São Francisco do Conde. Tcc, 2016.

M'bunde, T.S; **As políticas externas de cooperação para o desenvolvimento de Brasil e China na Guiné-Bissau: uma análise em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro, 2015.

Insul, T. J. **Cooperação Educacional Brasil/Guiné-Bissau 2003/2010: Projetos Educacionais Implementados Na Guiné-Bissau**. Tcc, 2018.

Fati, C; Benevides, M.H.C. **A pesquisa compreensiva: ponderações teóricas em um estudo de diáspora estudantil**. Artigo, 2018.

Heleno, M.G.B. **O lugar da universidade da integração internacional da lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) na política externa do governo Lula (2003-2010)**. O público e o privado, 2014.

Souza, O.R; Malomato. B. **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da Integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará**. Canoas: interfaces Brasil/Canadá, 2016.

Nhaga, J; Silva, C.C. **Os caminhos pós-formação universitária: os desafios dos egressos guineenses**. Travessia-Revista do Migrante, 2023.

Bezerra, M.S. **A migração estudantil para o Brasil: estudantes guineenses na Unilab-CE**. Tcc, 2019.

Silva, A.G.D. **A política externa do governo Lula com a África Lusófona: dimensão política, cooperativa, educacional e econômica.** Revista de instituto de ciências humanas, 2019.

Oliveira, E; Subuhana, C. **Política externa brasileira para Guiné-Bissau: uma análise na perspectiva técnica e educacional (2000-2010).** Revista África e africanidades, 2019.

Agência Brasileira de Cooperação. **Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul.** Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes>. Acesso em: 05 de fev. 2024.

Ministério das Relações Exteriores. Departamento Cultural. **Manual do estudante-convênio.** Brasília, 2013. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/11/MANUAL-ESTUDANTE-PEC-G.pdf.

**Unilab: caminhos e desafios acadêmicos da cooperação sul-sul.** Redenção: Unilab, 2013.

Mourão, D.E ; Abrantes, C.S. **Estudantes africanos dos Palop em Redenção, Ceará, Brasil: representações, identidades e poder.** Ceará, 2020.

Goldenberg, M. **A arte de pesquisar.** São Paulo: Editora record, 2004.

González, F.E. **Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa.** São Paulo: Revista pesquisa qualitativa, 2020.

Mussi, R.F.F; Mussi, L.M.P.T; Assunção, E.T.C; Nunes, C.P. **Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamento, aproximação e possibilidade.** Rio de Janeiro: Revista sustinere, 2019.

Brito, A.P.G; Oliveira, G.S; Silva, B.A. **A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação.** Cadernos da Fucamp, 2021.